



6

Comunas da terra: relações entre sujeitos na paisagem híbrida campo-cidade *

Ana Paula Soares da SILVA: apsoares.silva@usp.br

Endereço Av Bandeirantes, 3900. Bairro Monte Alegre, Ribeirão preto (SP), CEP 14040-901.

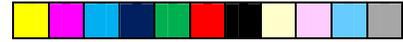
Telefone: (16) 3602 3659.

CV: <http://lattes.cnpq.br/9207972960390849>: Docente do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação da FFCLRP-USP, coordenadora do grupo SEITERRA/CINDEDI-USP, membro do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção (LAPSI-USP).



BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT

Resumo	O texto busca refletir sobre alguns processos vividos por adultos e crianças em um assentamento rural caracterizado como Comuna da Terra. Este tipo de assentamento provoca mudanças culturais nas dinâmicas de poder entre cidade e campo e contrapõe modelos hegemônicos de relação dos sujeitos com o ambiente natural. O material empírico é proveniente de atividades de extensão desenvolvidas em Ribeirão Preto (SP).
Palavras-chave	assentamento rural; relações cidade-campo; reforma agrária; comuna da terra.
Abstrac	This article aims to think over the processes experienced by adults and children in a rural settlement named Land Commune. This type of settlement provokes cultural changes in power dynamics between town and country. In addition, is opposed to hegemonic models of relationship with natural environment. The empirical material comes from extension activities in a rural settlement in Ribeirão Preto (SP).
Keywords	rural settlement; city-country relationship; land reform; land commune.



1. INTRODUÇÃO

A ampliação no número de assentamentos rurais da reforma agrária, verificada nos anos de redemocratização do país após o período da ditadura civil-militar⁷⁹, tem chamado a atenção de pesquisadores de diversas áreas para este contexto. Não são poucas as pesquisas que buscam compreender os processos gerados no interior das dinâmicas de implantação dos assentamentos, abordando desde aspectos referentes à viabilidade econômica às mudanças produzidas na subjetividade e nas condições de vida dos assentados (Leite, Heredia, Medeiros et al, 2004; Simonetti, 2011).

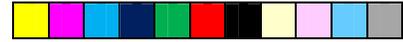
Os assentamentos rurais, na realidade brasileira, são resultado de intensos processos sociais, econômicos, políticos e culturais. As áreas destinadas para a reforma agrária, em suas origens, como assinalam Leite e colaboradores (2004, p. 40), geralmente contaram com a existência de conflitos que, juntamente com “as iniciativas dos movimentos sociais”, constituíram-se no motor das desapropriações.

Na atualidade, os assentamentos consistem na efetivação de política pública, prevista pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988), como instrumento de reorganização da estrutura fundiária e de garantia da função social da terra. Conforme artigo 186 da Constituição Federal de 1988, a garantia desta função exige o cumprimento simultâneo: do aproveitamento racional da produção; da utilização adequada dos recursos naturais; da observância às disposições que regulam as relações de trabalho; do favorecimento do bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Essa definição, além de orientar a disputa jurídica e política acerca da posse da terra, aponta um horizonte a ser seguido nos planos de assentamentos que necessitam construir alternativas ao uso anterior da área que foi desapropriada.

Em torno dos assentamentos, seja no momento de sua constituição seja posteriormente, na sua implantação cotidiana, sujeitos sociais disputam concepções de diversas ordens relativas: aos modelos de sociedade vigentes e desejados; aos projetos de desenvolvimento para o país; às formas de uso e ocupação do solo; às relações cidade e campo; às práticas sociais e de sociabilidade. No limite, as disputas de acesso à terra colocam em confronto os entendimentos sobre a democratização dos bens naturais e construídos, materiais e simbólicos, presentes no seio da sociedade brasileira.

Essas disputas, travadas no âmbito das realidades regionais e locais, resultam em uma variedade de tipos de assentamentos rurais. Esta variedade é dependente, dentre outras coisas, do ciclo de vida do assentamento, dos projetos

⁷⁹ Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA demonstram que, até 1994, havia 58.317 famílias assentadas. Este número, em 2012, totalizava 1.258.205. Fonte: INCRA, DT/Gab-Monitoria - Sipra Web 31/01/2013. Disponível em <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas>



de produção individual e coletiva, das formas de organização no espaço do assentamento, das flutuações nas políticas de financiamento e de crédito, do tamanho da área ocupada e do número de famílias ali presentes, da integração ao mercado consumidor local, do uso de tecnologias ou inovação produtiva, da presença de reservas naturais na área assentada, da distância em relação aos centros urbanos.

Mais recentemente, como elaboração construída no interior de movimentos sociais do campo e da cidade, surge um tipo novo de assentamento denominado Comuna da Terra.

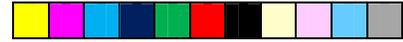
A proposta de Comunas da Terra é construída, segundo Goldfarb (2011), no final dos anos 90 e início dos anos 2000, como uma das estratégias do movimento social, particularmente pensada para regiões próximas a grandes centros urbanos. Como registro inicial desta proposta, a autora identifica a monografia de Delwek Matheus, intitulada “Comunas da Terra – um novo modelo de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, apresentada, em 2003, no curso Realidade Brasileira, da UFJF e Escola Florestan Nacional Florestan Fernandes. Nela, o autor sistematizou as discussões que vinham ocorrendo em São Paulo na direção estadual do MST.

As Comunas da Terra inserem-se num contexto de ampliação dos debates acerca da reforma agrária, a partir de uma compreensão de que esta problemática está intrinsecamente relacionada à questão urbana.

Três elementos são fundamentais na sua formulação: a vinculação originária de seus sujeitos com a cidade; a produção baseada em práticas e princípios agroecológicos; a priorização da concessão e do uso coletivos da terra. Estes três elementos, para além de se constituírem em meras propostas que conjuntamente caracterizariam as Comunas da Terra, são posições contra-hegemônicas aos seus pares antagônicos.

No caso da vinculação com os centros urbanos, é comum a presença de discursos que, apoiados nas estatísticas da distribuição geográfica da população, questionam a pertinência da reforma agrária no momento atual, uma vez que grande parcela da população não possuiria vínculo com o campo. Na proposta de constituição da Comuna da Terra, esse fato não seria em si um problema. Ao contrário, como parte de um diagnóstico acerca da precarização das condições de vida nas cidades, a inserção na reforma agrária e o acesso à terra seriam uma alternativa para parcela da população que vive nessas condições.

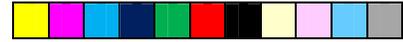
Essa alternativa constrói-se não teoricamente, mas a partir da realidade vivida por moradores na cidade São Paulo. Tanto Gomes (2004) quanto Goldfarb (2011) relatam a origem das Comunas da Terra na formação, em 2001, do assentamento Dom Tomás Balduino, localizado próximo à cidade de São Paulo, em Franco da Rocha.



Gomes (Idem) testemunhou de perto o processo que levaria à criação desse assentamento. Como membro do grupo Fraternidade do Povo de Rua, que desenvolvia ações originalmente junto a moradores de rua e, posteriormente, a moradores de cortiços e favela, o autor vivenciou a aproximação deste grupo ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Também presenciou a ocupação de uma área pelo grupo e a mudança de seu nome para Centro de Formação Campo-Cidade. Desta aproximação, resulta a criação do assentamento Dom Tomás Balduino, numa perspectiva de transformação social e de enfrentamento da exclusão vivida pelas pessoas que faziam parte dos projetos desenvolvidos pelo Centro de Formação Campo-Cidade. Outros assentamentos passaram a compor o leque de atuações deste centro. O autor acompanhou assim o que denomina de “itinerários de sentidos”, vividos na transição de pessoas em situação de rua para a condição de assentados, em um espaço situado nos limites da cidade, caracterizado por ele como rururbano.

Para Goldfarb (2011), a proposta implantada no assentamento Dom Tomás Balduino “vinha sendo gestada já desde antes, com os acampamentos Nova Canudos, na região de Iara e Terra Sem Males, na região de Porto Feliz e depois Campinas” (p. 23). Segundo a autora, o que havia de comum era a forte presença de famílias cuja origem estava atrelada à cidade, embora algumas tivessem, no passado, ligações com o mundo rural. Com a presença destas famílias, pode-se falar no que a autora chama de uma “heterogeneização do sujeito da reforma” (p. 81), resultado de um processo de atuação nas fronteiras da cidade que, sem substituir a necessidade da reforma agrária em áreas interioranas, amplia o número de pessoas envolvidas com a luta pela democratização do acesso à terra. Goldfarb (Idem) afirma que, em 2011, as Comunas da Terra somavam, em São Paulo, “sete assentamentos, além de diversos assentamentos” (p. 23).

Nesse processo, a reforma agrária absorve uma quantidade de famílias que, vivendo há muito tempo na cidade, alimentam desejos de retomar origens e valores rurais perdidos em suas histórias de vida e, ao mesmo tempo, possuem dificuldades em realizar-se em espaços muito distantes dos centros urbanos. Esse fenômeno coaduna-se inclusive com as transformações que vem vivendo o campo brasileiro, apontadas por alguns autores como a emergência de “novas ruralidades” (Carneiro, 2011). Nesses espaços, não necessariamente de assentamentos, verifica-se a pluriatividade econômica, em que membros das famílias desenvolvem atividades no campo e na cidade. As atividades mistas, agrícolas e não agrícolas, seriam a criação de condições para a manutenção da família nesse novo rural.



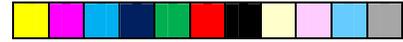
Na Comuna da Terra, nos limites entre o campo e a cidade, junto com a construção de novos sujeitos, constroem-se também novos espaços e paisagens. Os limites borrados destas faixas exercem forças no jogo da expansão urbana e do movimento de diferentes sujeitos na ocupação dos espaços vazios. Campo e cidade, mais do que polaridades, são compreendidos como movimentos complexos com interpenetrações. As trocas entre os sujeitos e as movimentações de via dupla, nestes espaços de interface, são bastante intensas. Trazer a reforma agrária para estas áreas conduz ao questionamento das formas de ocupação do espaço e da sua identificação simbólica a grupos sociais. A paisagem, que “trata da dimensão das formas que expressam o movimento da sociedade” (Cavalcanti, 2008, p.52), modifica-se e o entorno da cidade vive uma dinâmica renovada, o que implica relações de complementaridade ou de tensionamentos geoespaciais e socioculturais.

O segundo elemento que compõe a proposta das Comunas da Terra, ou seja, a produção baseada preferencialmente em práticas e princípios agroecológicos, exerce função específica nos debates em torno das melhores formas de produção e manejo agrícolas.

Este debate, que vincula o assentamento à questão ambiental, é bastante recente para o movimento social. Beduschi Filho (2003), Maciel (2007) e Goldfarb (2011) discutem como, por vezes, esta relação é bastante conflituosa, em particular quando existem áreas de preservação ambiental nos assentamentos. Nessas localidades, é comum a contraposição de discursos e sujeitos ambientalistas e assentados. A possibilidade de agregar o manejo dos bens naturais à renda é ainda tema pouco incorporado na prática agrícola e também na cultura dos assentados.

As Comunas da Terra representam assim um movimento contrário à forma dominante de produção agrícola, forma esta que inclui o uso de agrotóxicos e a mecanização. Aderida aos discursos críticos sobre os transgênicos e de seus impactos na soberania alimentar e no controle das sementes, assim como ao questionamento do uso de agrotóxicos e da indústria de produtos agroquímicos, a proposta da Comuna da Terra vê, na escolha do modo de produção, a criação de uma materialidade que tensiona com o modelo dominante. A viabilidade ambiental é colocada em mesmo pé de igualdade, ou melhor, é concebida como intrinsecamente vinculada à viabilidade econômica dos assentamentos. Nesse processo, diferenciam-se os sujeitos assentados, desdobrando-se em sujeitos com preocupações e práticas ecológicas, o que os faz assumir responsabilidades na preservação ambiental.

Essa escolha, originária nos movimentos sociais, foi incorporada pelo Estado ao possibilitar a elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável – PDS. Embora nem todos os



assentamentos que optam pelo PDS possam ser identificados como Comunas da Terra, nelas, necessariamente, o PDS se apresenta como modelo de produção do assentamento. Isto implica os assentados em compromissos também com a preservação e recuperação dos recursos naturais. A questão agrária mescla-se, assim, à questão ambiental, ampliando os desafios na efetivação do assentamento.

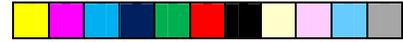
O terceiro elemento que poderíamos identificar como característico das Comunas da Terra diz respeito à titulação coletiva da área e, conseqüentemente, à indução a processos também coletivos de organização social e de trabalho. Como PDS, na Comuna da Terra, não ocorre uma titulação privada individual, mas a concessão de direito real de uso para formas cooperadas de organização dos assentados (Goldfarb, 2011).

A terra, portanto, não se tornará, como nos assentamentos convencionais, uma propriedade com titulação privada e será sempre pública. Por parte do Estado, o reconhecimento das Comunas da Terra e a sua viabilização por meio do PDS permitem a regulação das áreas limítrofes da cidade, que sofrem pressão para comercialização. Por outro lado, é também o reconhecimento de que a pressão para a reforma agrária e para o acesso à terra não existe apenas em áreas afastadas dos centros urbanos, mas está presente em espaços que concentram a população e que apresentam dificuldades em incluí-la nas políticas de moradia e de emprego.

Nos PDSs, é necessário um Plano de Uso do espaço do assentamento, definindo-se as áreas de produção coletiva, de moradia e de produção familiar. O percentual da área a ser preservada ou recuperada ambientalmente depende das legislações e de acordos estabelecidos entre os institutos de terra nacional ou estadual, assentados e, por vezes, Ministério Público, como é o caso de assentamentos da região de Ribeirão Preto (SP), onde um Compromisso de Ajustamento de Conduta, discutido entre os assentados, órgãos do governo e representantes da sociedade civil, definiu as obrigações dos diferentes sujeitos na implantação do modelo agroflorestal dos assentamentos.

Esta organização coletiva do espaço gera uma dinâmica social também intensa, alinhando-se a ou confrontando-se com projetos pessoais de uso da terra. O estabelecimento das áreas de produção familiar tenta garantir assim um equilíbrio entre as possibilidades de manejo em grupo e individual, entre os projetos e os desejos pessoais e coletivos. De toda forma, trata-se de um modo de organização no espaço que se contrapõe à cultura de relação com a terra, geralmente privatista, patrimonialista e degradadora.

A conjunção dos três elementos que caracterizam o que se pode chamar de Comuna da Terra indicia que o que se projeta no horizonte dos assentados não é apenas a reforma

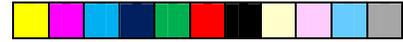


agrária, entendida como a colocação de famílias em determinadas áreas. Trata-se de um tipo de sociabilidade e de convivência entre sujeitos, com a natureza e com a propriedade radicalmente contrário ao modelo predominante. Pode-se ainda prever, portanto, desafios que exigem a capacidade criativa para a construção destas novas formas de relações, de construção e requalificação de um espaço em disputa, de desconstrução de elementos culturais fortemente arraigados na nossa sociedade. Questão agrária, questão urbana e questão ambiental configuram campos de atuação dialogada das Comunas da Terra, na construção de alternativa a modos dominantes de se relacionar e de viver.

Desta forma, as Comunas da Terra constituem-se em verdadeiros laboratórios sociais, uma vez que ali os sujeitos propõem-se a agir e transformar o espaço, a criar estratégias de relação com o entorno e a projetar a mediação com o ambiente natural em novas bases culturais. São múltiplas, portanto, as possibilidades de abordagem e de investigação dos processos vividos pelos sujeitos nesse tipo de assentamento.

Neste texto, é a vivência nos limites com a cidade que procuramos explorar, investigando as tensões iniciais com o entorno e os desafios ao projeto de criação dos filhos em uma área fronteiriça. Temos defendido que os aspectos que caracterizam as Comunas da Terra implicam a presença de elementos particulares que medeiam a relação entre os sujeitos do campo e da cidade. Acreditamos que a escolha do assentamento na proximidade com a cidade nem sempre significa aceitação do entorno à sua presença. As áreas de interface periurbanas são apontadas, por alguns autores, como aquelas que possuem as piores condições em termos de oferta de políticas públicas (Furtado, 2011). Dadas as características dessas áreas, supõe-se que a chegada de um novo grupo explicita tensões que necessitam ser manejadas. Por outro lado, também defendemos que a proximidade com a cidade reflète-se em desafios na construção dos vínculos entre as gerações e pode tornar frágeis os projetos familiares e coletivos pensados para as gerações seguintes.

Com este enfoque, este trabalho tem por objetivo refletir sobre alguns processos vividos por adultos e crianças no momento de implantação de um assentamento rural, localizado no município de Ribeirão Preto (SP), caracterizado como Comuna da Terra. Pretende-se dar visibilidade às relações com o entorno a partir da negociação inicial da presença dos assentados naquele espaço, assim como apontar algumas tensões presentes na atualidade, quando se observa as pressões da cidade sobre as novas gerações.



2. CONTEXTO DA PESQUISA, MATERIAIS E PARTICIPANTES

2.1 O contexto da pesquisa

O material analisado e aqui apresentado foi construído durante a inserção prolongada em um assentamento localizado na região de Ribeirão Preto (SP).

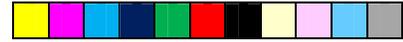
Essa região tem como atividade econômica principal a monocultura da cana de açúcar. A paisagem rural é predominantemente tomada por grandes imóveis rurais onde se desenvolve a cultura da cana, sendo possível identificar alguns remanescentes de floresta que constituem áreas de reserva legal. Poucos e pequenos sítios sobrevivem neste espaço. Os trabalhadores rurais geralmente moram nas periferias das cidades circunvizinhas a Ribeirão Preto e trabalham no corte da cana ou nas usinas de produção de açúcar e álcool. Não raro, observa-se um movimento sazonal destes trabalhadores que, durante a safra, migram para a região, geralmente das regiões nordeste e norte do país. O grau de urbanização da região, de acordo com a Fundação SEADE, em 2010, era de 99,72%.

A cidade de Ribeirão Preto funciona como polo regional. Sua base econômica funda-se basicamente na oferta de serviços. O setor de comércio tem papel de destaque, o que atrai também os consumidores das cidades do seu entorno e emprega grande parcela da população residente em Ribeirão Preto. Dados disponibilizados pela Fundação SEADE indicam que a participação dos serviços no total do valor adicionado, em porcentagens, era de 80,78 em 2010, maior do que a média regional (67,29) e estadual (69,05). O setor agropecuário correspondia a uma participação de 0,33%, bem menor que os valores regional (3,50) e estadual (1,87). No Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, Ribeirão Preto classifica-se no Grupo 2 que agrupa aqueles municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais⁸⁰.

O setor imobiliário cumpre papel central na definição da paisagem local, na transformação dos bairros residenciais em áreas comerciais, na desvalorização ou valorização de determinadas áreas, na movimentação que cria novas zonas de ocupação. As áreas limítrofes e rurais foram transformadas, nos últimos anos, principalmente pela presença de condomínios residenciais, empreendimentos diferenciados e setorizados para populações de maior ou menor renda. A área total do município é de 650 km² e a rural é de 320,32 km²⁸¹.

⁸⁰ Fonte Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados SEADE – Perfil Municipal. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>

⁸¹ Fonte Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (SP). Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/crp/dados/local/i01area.htm>



A área em que se localiza o assentamento era disputada por empreendedores para expansão imobiliária destinada à população de baixa renda. Para aquele espaço, havia projetos de loteamento popular.

O assentamento, assim como o bairro vizinho, localiza-se em uma área de recarga do Aquífero Guarani⁸². Esse fato dá uma particularidade a esse assentamento e influencia o modelo de produção a ser implantado.

A iniciativa do pedido de desapropriação da área para fins de reforma agrária aconteceu em 2000, quando a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Conflitos Agrários requisitou ao INCRA a desapropriação devido elevado passivo ambiental e suspeita de improdutividade econômica.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que havia chegado à região de Ribeirão Preto em 1999, ocupa a antiga fazenda em 2003 e, em 2005, ocorre a desapropriação para fins da reforma agrária, por meio de decreto presidencial.

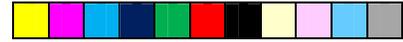
O modelo de assentamento escolhido, discutido entre representantes dos assentados, órgãos do governo e membros da sociedade civil, foi o sistema agroflorestal (SAF). Sua proposta consiste no manejo de espécies da flora nativa, unindo a preservação do meio ambiente à exploração econômica e agrícola. Os SAFs são definidos como “formas de uso e de manejo da terra nas quais árvores ou arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou numa sequência temporal” (May & col, s/d). Uma vez que grande parte da área era destinada ao cultivo da cana de açúcar, restaram poucas áreas verdes. O modelo do assentamento prevê assim a recomposição da reserva legal, junto com o manejo de árvores frutíferas, grãos, verduras e hortaliças. O projeto de assentamento prevê áreas de produção coletiva (de forma cooperada), áreas de produção familiar e áreas de uso comum para atividades sociais, culturais e de lazer (Firmiano, 2008).

Atualmente, o assentamento é dividido territorialmente em quatro movimentos sociais. Do total de 550 famílias, 260 estão ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra – MST. O trabalho aqui apresentado é desenvolvido junto a essas famílias.

2.2 Materiais e Participantes

O material sobre o qual foi feita a análise é proveniente da inserção em um projeto de extensão universitária,

⁸² As águas subterrâneas do Aquífero Guarani distribuem-se em uma extensão total de 1,2 milhão Km² no Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Do total, 840 mil Km² encontram-se no Brasil, nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Fonte www.geomundo.com.br



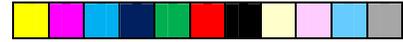
desenvolvido junto a adultos e crianças, desde 2007, no espaço/tempo que o MST denomina de Ciranda Infantil.

Na Ciranda, as crianças participam de atividades livres ou orientadas por temas relativos ao assentamento e às suas vidas. Objetiva-se que elas se apropriem dos espaços, tempos e relações do assentamento por meio de atividades lúdicas. Os encontros acontecem aos sábados e reúne em torno de 25 crianças e adolescentes dos 3 aos 16 anos de idade. Nossa participação, que conta com o apoio do Setor de Educação do Assentamento e com o Centro de Formação Dom Hélder Câmara, consiste em colaborar com os adultos na organização das atividades para as crianças.

Ao longo deste acompanhamento, as atividades foram registradas por meio de videogravação, audiogravação, desenhos, fotografias e memórias escritas. Os registros, realizados no período de 2007 a 2012, ajudam-nos numa perspectiva de análise que engloba aspectos temporais. Foram selecionados 12 videogravações que contêm dinâmicas de dramatização sobre a ciranda, discussões coletivas dos cirandeiros, pequenas conversas com as crianças, acompanhamento de atividades de desenho e de brincadeira das crianças. Essas atividades foram transcritas na íntegra.

Também foram realizadas entrevistas, no início de maio de 2013, com sete adultos responsáveis pela organização das atividades junto às crianças ou cuja posição era destacada na implantação do projeto agroflorestal. As entrevistas também foram transcritas.

O material foi tratado de forma a identificar as significações dominantes sobre a vivência nas fronteiras entre o campo e a cidade. Nessa análise, considera-se que as relações dos sujeitos são mediadas por relações socioespaciais. Compartilha-se com Pol (1996) o entendimento de que, na apropriação espacial, ocorre simultaneamente a ação-transformação e a identificação simbólica do espaço. Isto significa que o espaço nunca pode ser concebido apenas nas suas características físicas ou por seus limites geográficos. A construção de um espaço é acompanhada por processos de significações sobre ele. Estes processos, por sua vez, estão intrinsicamente articulados aos grupos sociais que ocupam e se apropriam destes espaços. Por isto, a significação dos grupos é mediada pelos espaços e a significação dos espaços é mediada pelas relações entre os grupos. O (auto)reconhecimento grupal e a categorização do eu acontecem assim como parte de um processo de ocupação do espaço. Segundo Moranta e Urrútia (2005), a autoatribuição das qualidades do entorno torna-se definidora das identidades pessoais e grupais. Para Tassara (2005), a identidade só pode assim ser pensada como uma identidade topológica, uma vez que está ancorada nos territórios, em lugares específicos. Em relação às tensões presentes nos projetos de criação dos filhos em área fronteira,



buscamos compreender as expectativas dos pais como parte do que Bastos (2001) denomina de modos de partilhar. Modos de partilhar podem ser vistos como uma categoria de análise que permite compreender as relações entre gerações em contextos situados. É útil para compreender as práticas que envolvem as novas gerações no processo de socialização da família, concebidas como processos de coconstrução de modos de partilhar a existência. Na análise, entre os diferentes modos de partilhar a vivência no assentamento, ressalta-se o aspecto das expectativas dos adultos em relação à criação dos filhos no espaço fronteiro assentamento – cidade.

3. RESULTADOS

3.1 A relação com o entorno: de confrontos a hibridismos

As relações do assentamento com o bairro vizinho e com a cidade passaram por um processo de negociação, nem sempre fácil. A chegada do grupo de acampados ao local provoca, por parte dos moradores, reações de rejeição, manifestadas de diferentes formas.

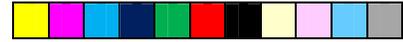
Nas entrevistas, esse momento inicial é descrito por atos de discriminação e tentativas de identificação dos assentados com uma possível piora na qualidade dos serviços públicos, conforme aparece no relato de Valter⁸³, um dos entrevistados: “Falava que o postinho estava cheio, porque o sistema de saúde não suportava mais uma quantidade de gente dessa”.

Em relação a situações de preconceito e humilhação sofridos pelos assentados no bairro, são vários os relatos. Aqui, escolhemos trazer a vivência dos adultos em situação de compra em supermercados e das crianças na escola. As duas foram escolhidas pela relação que possuem com a questão da terra e das marcas visíveis que esta deixa no corpo dos assentados, identificando-os enquanto grupo.

Em 2009, em uma das atividades videogravadas na Ciranda, Ruth – uma das responsáveis pelos trabalhos com as crianças – descreve sua vivência:

Ruth: Uma faxineira do [nome do supermercado] que não gosta do Sem-Terra, ela não gosta! Se você entra lá, ela vai atrás... limpando. Ela vai batendo o rodo nas suas pernas. Um dia eu falei para ela “O que a senhora tá fazendo?”. “Ah, Sem-Terra, vocês entram tudo sujando, Sem-terra, que não sei o quê, não sei o quê”. Eu falei assim “Eu vou continuar sendo Sem-Terra, que é a minha identidade. Só que a senhora vai continuar limpando este chão”. Aí, sabe, nesse dia, eu estava até boa... Fui embora. Quando foi outro dia, saiu o dinheiro

⁸³ Os nomes dos participantes foram modificados para garantir o anonimato. Alguns dos nomes foram escolhidos pelos próprios participantes. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – IPUSP.



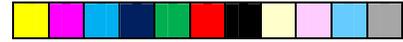
pra gente tá fazendo a compra. Aí eu chamei “Vamos lá! Vamos”. E fomos pra lá. Fizemos manifestação, entramos, carimbamos [com pés de terra] todinho o mercado. É uma coisa assim que eu acho que vale a pena e ela... Aí nesse dia, fomos lá conversar com o gerente, a respeito dela. Então, desse dia pra cá, ela melhorou. Vale a pena ela chegar pra nós e conversar, não bater o rodo nas nossas pernas, né. Tinha pessoas que saiam de lá chorando. Então, é uma coisa assim que, “é da roça, é da roça!”. Entendeu?

Também Marta se junta na partilha da experiência de discriminação, vivida em outro supermercado, num relato com tom de desabafo.

Marta: Só que eu fui num mercado, o de baixo, fui eu e minha filha e a gente foi comprar umas coisinhas lá. E... o homem ficava atrás da gente. Nós estava no corredor ele estava lá. Eu falei “Ah, senhor, o que que está acontecendo?”. “É porque já me roubaram aqui dentro, mas se me roubaram não sabem quem é”. Aí eu falei: “Olha, peço desculpa pro senhor, mas o senhor não precisa andar atrás de mim. Eu sou Sem-Terra, mas eu não me curvo por pouca coisa. O senhor pode ficar despreocupado. E também não vou levar mais nada”. Saí do mercado dele e fui pra outro mercado. Não tem necessidade de comprar onde a pessoa fica duvidando ou vigiando. Eu acho muito crítico isso aí, porque é uma discriminação muito grande. Não é só em mercado... É na maioria dos lugares que às vezes você entra tem a discriminação do Sem-Terra.

Estas situações trazidas pelos adultos também se reproduziam com as crianças, no contexto da escola. No assentamento, não há instituição educacional, o que exige o deslocamento de crianças e jovens, por meio por meio de transporte escolar, para as escolas situadas no bairro vizinho ou em outra localidade na cidade. A mãe de uma delas, também responsável pelos trabalhos com as crianças, descreve uma das situações vividas por um de seus filhos.

Samara: E, ontem, [nome do filho] recebeu uma advertência pela primeira vez. Eu nunca tinha recebido; nenhum dos meus filhos nunca recebeu, foi a primeira vez ontem. A escola me ligou pedindo pra eu ir lá porque o meu filho, no início da aula, se pegou mesmo com um menino lá e derrubaram cadeira lá e os dois foram pra diretoria. Aí eu fui ver o que estava acontecendo. É porque, já fazia dias que, o [nome do filho], né, é da oitava série, fazia dias que ele falava pra mim que o menino chegava pra ele, a hora que ele chega na sala, o menino fala assim: “E aí, olha os pé do sem-terra. Olha os pé do sem-terra!”. Mas ontem, ele apelou mesmo com o menino porque o menino falou assim: “Nossa, além de vocês serem sem-terra vocês são fedido!” Aí ele apelou com o menino “Não tô fedido, não!”. “Ah, sem-terra é fedido mesmo moço”. Aí ele apelou, aí brigaram os dois e foram pra diretoria. Aí falou ela assim “Ah, você e ele devem ser do mesmo jeito”. Aí já colocou assim, “se esse da cidade já tem esse modo, imagina um sem-terra também”, né. Daí meu filho disse “Não. Eu nunca vim pra diretoria. Pode olhar melhor



“aí”. Aí ela olhou “Ah, é mesmo, é verdade. É, mas como eu já liguei pra sua mãe agora não tem jeito” ((simula fala da professora)).

Outros dois assentados contam sobre a reação das crianças e da escola na tentativa de lidarem com as marcas de terra que identificam, principalmente, os lugares de pertencimento das crianças assentadas.

Lúcio: A faxineira da escola ela pediu pra mim assim “Oh, Lúcio, não tem como você fazer uma cirandinha com essas crianças de vocês? A gente reconhece que lá tem barro, tal. Faz uma cirandinha com eles, de lá pra cá, quando for entrar no portão e faz uma filinha deles e vê, tem essa torneira aqui, para eles indo limpar os pezinhos deles, porque, quando eles chegam na classe, os outro coleguinha fica apontando. Aí fica, tem criança que fica chorando porque sujou a classe”. Aí ela falou “Não é discriminação. É pra ajudar eles, prá não ficarem discriminado entre eles”.

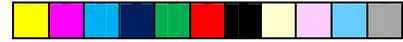
Ruth: É uma coisa que assim, que a gente presencia todos os dias. As nossas crianças, as nossas crianças elas usam dois sapatos. Um, elas entram até o ônibus e o outro, a maioria, quando tá chovendo, elas tiram aquele e põem o outro, e põe num saquinho e deixa lá dentro do ônibus mesmo, né. Elas que sentem na pele dentro da sala de aula e dentro da escola.

A discriminação e o preconceito vividos no bairro, manifestados por adultos e por outras crianças na escola, são enfrentados de diferentes formas pelos assentados.

Ruth e Marta procuram impor, na relação com aquelas pessoas, uma condição de dignidade, num movimento em que reafirmam suas identidades de sem terra e reivindicam o reconhecimento de si enquanto pessoa e enquanto membro de um grupo. No caso de Ruth, ela relata com prazer o dia em que retorna ao supermercado e exerce ali sua posição de superioridade, inclusive “carimbando” o chão com terra. Seu movimento de afirmação de identidade provoca ainda, em resposta, uma fala que coloca a faxineira em uma condição inferior em relação a ela, assentada.

Estas trocas permeiam as relações dos sujeitos em interação no espaço híbrido, mas ao mesmo tempo também homogêneo em reação à classe social, dividida pela inserção ou não no projeto do assentamento. Como posicionamento de superioridade, Samara relata que outra faxineira lhe diz sobre sua decisão de não participar do assentamento: “ah, eu dei a vaga pra quem precisa, imagina, eu não preciso daquilo lá”.

As crianças, por sua vez, desenvolvem estratégias também diversas: choram, carregam sapatos adicionais, usam sacos plásticos nas pernas, brigam na defesa de si mesmas. Reações que, por vezes, buscam um distanciamento da identidade de sem terra e, por outras, procuram defendê-la. Professores e funcionários da escola, ao tentarem lidar com a situação e ajudar as crianças, não raro, reforçam preconceitos.



Este processo de forte tensão, que incide na vida e na auto-identificação dos assentados, modifica-se ao longo do tempo. Outras estratégias são criadas que passam principalmente pela abertura do assentamento para que os moradores do bairro e da cidade conheçam sua realidade e suas propostas.

Samara e Valter, na entrevista realizada em 2013, já transcorridos dez anos da chegada ao local, afirmam sobre a relação com a cidade:

Samara: Eu acho que é boa. Às vezes, eu não posso dizer 100% assim, que nem tudo é... assim. Eu vejo que vai sempre melhorando. Porque no início, as pessoas quando não conhecem e tem um acampamento, ali perto, as pessoas, por falta de conhecimento, fala: “Ah...”. Ficam meio cismadas, meio com medo. Depois começam a conversar com as pessoas, conhecer as pessoas e daí, pouco a pouco, começam a vir no assentamento, começam a levar os produtos. Às vezes, conhece alguém, faz amizade... Nem vendo, falo “Pega!”. Dá milho, dá uma abóbora. Faz amizade com todo mundo. A gente anda na cidade e já conhece as pessoas, e é conhecido.

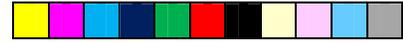
Valter: Hoje em dia está muito tranquilo. O pessoal leva os produtos ali, o pessoal do bairro vem aqui dentro também passeando, fazendo caminhada.

O estranhamento inicial, em grande parte ligado ao imaginário acerca do movimento social que identifica os assentados – o MST –, com o passar do tempo, dá lugar a relações de aproximação. Para os assentados, é o conhecimento que quebra as visões pré-concebidas, mediadas pelos meios de comunicação e pelos discursos do senso comum.

As práticas de aproximação são variadas, com iniciativas que partem tanto dos assentados como de diversos segmentos sociais. O assentamento passou assim a receber, constantemente, aqueles que manifestavam interesse em conhecer aquela dinâmica social, como por exemplo, professores da rede pública e de centros de pesquisa, estudantes universitários, assentados de outras localidades do país e a mídia local.

Este movimento colaborou para fortalecer os laços sociais, mas, também, a auto-identificação positiva dos assentados no pertencimento àquele espaço, transformando-o em lugar de auto-referência e de vida. Quando se considera que as origens dos assentados não se encontram naquele lugar, este movimento, entendido como apropriação do espaço, torna-se importante para suas identidades e seus processos de enraizamento.

As dinâmicas de troca entre o assentamento e a cidade, dada a liminaridade do espaço, são bastante intensas. Conforme ressalta Samara, ao responder sobre o por quê da mudança nas relações: “Eu acho que é a convivência do



assentado... o assentamento e a cidade... Esta coisa de estar indo lá na cidade e eles vindo pro assentamento”. As amizades, as relações de parentesco com moradores da cidade, a inserção mista das famílias em atividades agrícolas e empregos na cidade, a venda de produto, os usos partilhados dos serviços e equipamentos públicos, por exemplo, vão construindo redes de relacionamentos sociais e afetivos que aproximam e misturam os moradores do assentamento e da cidade.

As identidades previamente concebidas de sem terra aos poucos são reconstruídas a partir de relações concretas. A essa identidade renovada, somam-se aquelas de mãe, trabalhadora, colega, amiga. Diferenciações iniciais dão espaço para identificações posteriores, sem que isto signifique a perda da diferenciação socioespacial dos grupos, que se relacionam nos limites borrados entre o assentamento e o bairro e entre o assentamento e a totalidade da cidade.

3.2 A relação entre os adultos e as crianças: cuidados no espaço fronteiriço

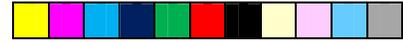
A proximidade com a cidade, inerente à proposta da Comuna da Terra, também tem efeitos nas práticas educativas, mais particularmente, nas expectativas que os adultos criam na formação de seus filhos.

Realizar o desejo de voltar ao ambiente rural, para muitos, significa também garantir aos filhos uma educação diferenciada daquela acontecia na cidade. Saul, expressa este desejo da seguinte forma:

Saul: Meus meninos é dentro de casa, não é moda antiga, mas a gente explica como é que é a vida aqui dentro, como é o comportamento daqui, o comportamento lá de fora. Porque se você planta hoje, daqui dez anos essa semente nasce, daqui cinco anos. Tem hora que a semente brota antes, tem hora que demora, mas ela nasce. Então este comportamento aqui vai servir pro dia de amanhã. Vai servir prá família deles. Eles tão plantando a semente. Vão falar: “meu pai criou desse jeito”. Se tiver certo, pega aquela semente e conserva. A família vai criando a tradição. Meu pai, nós era da roça, mas tinha conhecimento de vida.

A educação pensada por Saul contrapõe os comportamentos da cidade aos do campo. Cidade para ele é lugar de “perigo” enquanto a roça significa “sossego”. Resgatar o rural de sua infância representa retomar as tradições familiares e, conseqüentemente, vincular as gerações.

O assentamento também representa fartura, o que fornece as condições materiais para a educação e o cuidado dos filhos:



Saul: Você tá dando um alimento saudável pros filhos, um frango criado no quintal. É um porquinho; você vai lá no chiqueiro e mata, e joga na mesa. As crianças veem aquilo, já criam um ânimo de vida.

As possibilidades que o espaço do assentamento cria para as crianças foram também destacadas por Samara como aspecto positivo em relação à cidade:

Samara: Essa coisa do espaço, de ficar mais livre, de ter, de poder sair, poder brincar. E lá na cidade, os espaços são menores, tudo mais limitado.

São comuns as manifestações dos adultos de que as crianças do assentamento são diferenciadas em relação às da cidade, são privilegiadas pelo espaço amplo, possuem maior liberdade de locomoção, convivem com o ambiente natural, conhecem os processos de vida e de morte de plantas e animais, podem subir em árvores, comer frutos frescos e nadar no rio. Vários relatos aparecem neste sentido, em diferentes momentos de nossa inserção no assentamento.

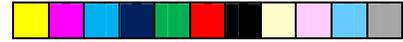
Essas descrições trazidas pelos adultos, em alguns momentos, aproximam a infância de seus filhos à vivência da infância pessoal em área rural. Idealizam assim a infância de seus filhos nas lembranças de suas infâncias. Manifestam, no engajamento ao movimento social e na conquista da terra, a busca de condições que concretamente permitam que seus filhos tenham estas vivências.

Em outros momentos, ao contrário, essas descrições aparecem para dar força ao argumento de que estão construindo alternativas diferentes às suas infâncias. Por exemplo, em uma das atividades desenvolvidas em 2008, Zélia afirma:

Zélia: acho que dou muito valor a uma criança, porque eu não tive...a minha infância. No tempo de eu aproveitar a infância, eu, não só eu, como meus irmão, os dois mais velhos, nenhum deles teve. Desde pequenininho já tava no meio da roça trabalhando, ajudando meu pai, minha mãe... pobre, eles precisava disso.

A volta à roça, nos limites da periferia urbana, requer, entretanto, a negociação de imagens e concepções acerca do rural atual que, por vezes, aparece mais fundado em uma percepção romantizada e polarizada em relação à cidade do que necessariamente real. A própria Samara, de alguma forma, menciona as insatisfações das crianças pela escolha dos pais: “Os que vieram mais velhos, eles não se identificaram muito. Eles acham assim, que tem mais facilidade na cidade”.

A preocupação nos limites com a cidade é enunciada principalmente em relação às drogas. Saul expressa os intercâmbios dos filhos e a proteção assegurada no respeito que ele construiu: “Até esses carinhas, maconheiro, esses



meninos de maloca, juvenzinho, quando os meus meninos passa, fala: ‘Aquele é filho do Saul. Deixa ele quieto’”. Ruth também verbaliza a presença desta preocupação, em uma das atividades videogravadas em 2008. Ela havia participado de uma reunião do Conselho de Segurança do bairro e informava sobre os debates gerados acerca da presença das drogas nos arredores do assentamento:

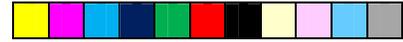
Ruth: Eles tão com um grande problema com relação ao... entorpecente em Ribeirão Preto. E, assim, tá aumento a cada dia. E a gente vê isso mesmo que tá aumentando, se ramificando e a nossa preocupação aqui dentro é se ramificar aqui dentro. A gente tá observando tudo isso e a gente vê realmente que tem essa grande possibilidade, infelizmente, de tá vindo aqui pra dentro, né. Porque, no mesmo momento que eles estão aqui dentro, estão lá fora. Eles estudam lá fora, os amigos são de lá de fora. Então, é conscientizar mesmo, é vê o lado bom e o lado ruim dessa...

Além do trânsito diário e das relações construídas, também as próprias famílias, às vezes, dividem-se morando parte na cidade e parte no assentamento. Mestre, por exemplo, possui três filhos e apenas uma delas mora com o pai; os outros dois vivem com a ex-esposa na cidade. Esta forma de partilhar a educação dos filhos entre membros da cidade e do assentamento não é rara, seja com ex-companheiros, seja com companheiros ou parentes, como, por exemplo, avós, morando na cidade. Segundo Mestre, além da filha que mora com ele, outro filho pensa em se engajar no projeto de sistema agroflorestal do assentamento:

Mestre: A minha preocupação qual é? É deixar isto para as próximas gerações, construir isto. Eu fico feliz de ver o Dinho [filho de um amigo] empenhado, isso é muito fantástico, fazendo cursos. Essa relação com a família é muito interessante. Dois dos meus filhos têm bastante interesse.

O envolvimento e a vinculação das gerações mais novas ao assentamento e à cidade acontecem de diferentes formas. Crianças que nascem no assentamento possuem, segundo os assentados, relações mais integradas àquele ambiente. Uma dificuldade maior, neste sentido, é mais frequente entre os filhos mais velhos. A juventude sofre com mais intensidade as pressões da cidade do que as crianças menores.

Do ponto de vista dos assentados, estar no assentamento é parte de um projeto negociado pelos membros da família, em seus diferentes papéis e gerações. Entretanto, o aspecto geracional também aparece nas práticas coletivas organizadas para as crianças como forma de partilhar a vivência no espaço do assentamento. Essa mediação alinha as gerações em torno de um projeto coletivo. Lúcio –um dos



assentados responsáveis pela organização das atividades com as crianças – assim se manifesta sobre as expectativas em relação ao trabalho desenvolvido:

Lúcio: Todas as coisas que nós fazemos com as crianças nós mostramos pra eles como foi construído. Quando chegar outras crianças, essas que começaram primeiro, podem falar assim: “Nós começamos dessa forma”. Tem uma história lá no final. A gente tem que trabalhar dessa forma com eles, né. Porque quando chegar lá no final, aí tem uma história bem bonita.

Ao depositar as esperanças de continuidade das atividades coletivas com as crianças, Lúcio avalia positivamente as ações desenvolvidas hoje, capazes de serem contadas posteriormente com certo orgulho.

Este espaço das atividades coletivas e partilhadas constrói-se como uma ferramenta que os assentados criam e que cumpre múltiplas funções. Para os assentados, ele é visto como um instrumento importante para a apropriação do espaço pelas crianças e para a construção da identidade sem terra. É também apontado para aproximar as gerações no assentamento e vincular os sujeitos de diferentes idades nos projetos familiares e coletivos. Nossa análise, contudo, focada pelo interesse nas tensões com o entorno, mostrou que outra função é cumprida pelas atividades coletivas. São várias as manifestações dos responsáveis pelas atividades com as crianças sobre possíveis contribuições deste trabalho para o fortalecimento das crianças no enfrentamento do “mundo lá fora”. Estas manifestações oscilam do otimismo às limitações desse trabalho diante da força deste mundo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhar as significações dos sujeitos a processos vividos na implantação de um assentamento, baseado na proposta de Comuna da Terra, significa a imersão em um contexto bastante complexo, que faz questionar algumas de nossas pretensas certezas, por exemplo, sobre a viabilidade da reforma agrária na atualidade, as relações de poder entre campo e cidade, as expectativas dos adultos em relação à educação das crianças. Muitas das vezes, estas certezas apoiam-se em construções culturais que fragmentam e polarizam a dinâmica social e pouco contribuem para seu entendimento.

No caso do assentamento estudado, é evidente que os sujeitos, embora não desempenhassem atividades agrícolas quando do envolvimento com o movimento social, desejavam, para si e para seus filhos, habitar em um espaço que lhes permitisse uma vinculação, mesmo que simbólica, com o rural que um dia fez parte de suas vidas. Como diz Saul: “Nada



melhor do que um lugar assim. (...) Lugar saudável. Perto da cidade. Tudo que você planta dá”.

Esse sujeito, múltiplo que é pela sua vinculação híbrida, questiona discursos, práticas e políticas que se orientam por concepções dicotômicas de campo e cidade e, conseqüentemente, dos sujeitos que neles habitam. Esse sujeito, agora assentado, não encontrou espaço na vida das periferias urbanas. Na concretude dos laços que estabelece com a cidade e pela mobilidade que impõe interconexões diárias, realiza-se assim, sendo híbrido mesmo. Exige, por este motivo, novos discursos, práticas e políticas que o reconheçam nesta sua identidade. Sua permanência na luta por aquele lugar – quando outros tantos desistiram em algum momento da longa jornada até a conquista de condições mínimas de moradia e de vida – atesta a intensidade do desejo do espaço fronteiro para a sua realização pessoal e familiar.

Esse processo, entretanto, não se dá de forma harmônica. Ao contrário, são tensas as relações, permeadas que estão de valorações, imagens e concepções mútuas sobre os grupos sociais aos quais pertencem os sujeitos que ocupam aqueles espaços. Essa intensidade, no caso acompanhado, foi maior no início do assentamento, que fez mudar drasticamente a paisagem local e os usos dos espaços coletivos, questionando a infraestrutura e provocando os sujeitos a olharem-se por meio do olhar do outro. Nesse processo, preconceitos mútuos foram vividos, associados principalmente à vinculação do espaço ao grupo identitário dos assentados (sem terra). Afetaram adultos e crianças, reproduziram-se por diversos sujeitos, materializaram-se por meio de ações de diferentes gerações.

Contudo, o que o caso nos indica é que as próprias relações de proximidade e interdependência entre o assentamento e o entorno constituíram a base para as desconstruções de concepções, medos e receios imaginados. Neste processo, a abertura do assentamento para o “externo” e as estratégias de interação promovidas, ao longo de dez anos de sua existência, produziram relações que hoje atestam apropriações do espaço da cidade pelos assentados e do assentamento pelos habitantes do entorno.

Estas relações, que falam de um movimento de diferenciação discriminativa em direção a uma integração socioespacial, não significam, contudo, ausência de receios, desejos de manutenção de alguns limites e diferenciações de valores. Estes processos evidenciam-se com mais clareza quando se volta o olhar para as relações intergeracionais e para as expectativas dos pais em relação à criação dos filhos naquele espaço.

São as vivências das novas gerações que explicitam, na atualidade, os desafios de se morar nas áreas fronteiriças. Para os assentados, estar no assentamento pode permitir recuperar



parte do que significam como mais característico dos modos de vida rural – maior tranquilidade, vida mais saudável, contato com a natureza –, perdido nas suas histórias pessoais. Nos limites da cidade, entretanto, são fortes os “perigos” que ela, cidade, impõe para a manutenção deste projeto. Assim, no espaço projetado fronteiro, diálogos e tensões se estabelecem entre a geração antecessora e a atual. Ao mesmo tempo em que os adultos projetam os desejos e sonhos da geração atual para as próximas gerações, eles sentem esses projetos ameaçados pelas pressões da cidade. Morar na fronteira é também lidar cotidianamente com esse risco.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A. C. S.. **Modos de partilhar: a criança e o cotidiano da família**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 2001.

BEDUSCHI FILHO, L. C. **Assentamentos rurais e conservação da natureza: do estranhamento à ação coletiva**. São Paulo: Iglu, FAPESP, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2000.

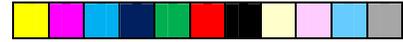
CARNEIRO, M. J. (coord.) **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011.

CAVALCANTI, L. de S.. **A Geografia Escolar e a Cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida cotidiana**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

FIRMIANO, F. D. A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mario Lago, em Ribeirão Preto. **Dissertação** - Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp, Araraquara, 2008.

FURTADO, M. F. R. G.. Áreas de Interface periurbana: desafios conceituais e metodológicos (p. 147-166). Em R. Randolph, B. G. Southem (Orgs.). **Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad, 2011.

GOLDFARB, Y.. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: reforma agrária, movimentos sociais e novas formas de assentamentos**. São Paulo: Annablume, 2011.



GOMES, J. A. Itinerários de Sentidos na Marcha para uma Comuna da Terra: Pessoas em Situação de Rua na Cidade de São Paulo em Busca de sua Participação Social. **Dissertação** - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo, 2004.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIRO, L. [et al.]. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MACIEL, C. A. A.. Movimentos sociais e agricultura sustentável: o lugar do sujeito geográfico na atualização da questão agrária brasileira (p.119-138). Em G. J. Marafon, J. Rua, M. A. Ribeiro (orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

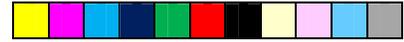
MAY, P. H.; BOHRER, C.B.; TANIZAKI, K.; DUBOIS, J.C.L., LANDI, M. P.M., CAMPAGNANI, S.; OLIVEIRA NETO, S.N.; VINHA, V. G. **Sistemas Agroflorestais e reflorestamento para captura de carbono e geração de Renda**. Disponível em http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vi_en/mesa2/Sistemas%20Agroflorestais_e_Carbono.pdf

MORANTA, T. V. & URRÚTIA, E. P. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. **Anuario de Psicología**, 36(3), 281-297, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=97017406003>.

POL, E. La apropiación del espacio. En L. Íñiguez y E. Pol (Eds.), **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Colección Monografías Psico-Socio-Ambientales (vol. 9, pp. 45-62). Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona, 1996.

SIMONETTI, M. C. L. (Org.). **Assentamentos rurais e cidadania**: a construção de novos espaços de vida. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

TASSARA, E. T. O. Proximidades e identidades urbanas. Dinâmicas das representações sociais da urbanidade e espacialização da identidade. **Relatório Final de Pesquisa**. Laboratório de Psicologia Sócio-ambiental e Intervenção (LAPSI-USP). Acordo USP-COFECUB N° 88-02. Processo



FAPESP N° 02/00501-5. São Paulo: Universidade e São Paulo,
2005.